

É possível prevenir o suicídio policial no Brasil?

Assim como na população em geral, o suicídio é um problema complexo e multifatorial no campo da Segurança Pública. Os gestores e os outros atores institucionais precisam estar mais preparados para enfrentar essa questão de saúde pública



Dayse Miranda e Fernanda Novaes Cruz
22 de setembro de 2020

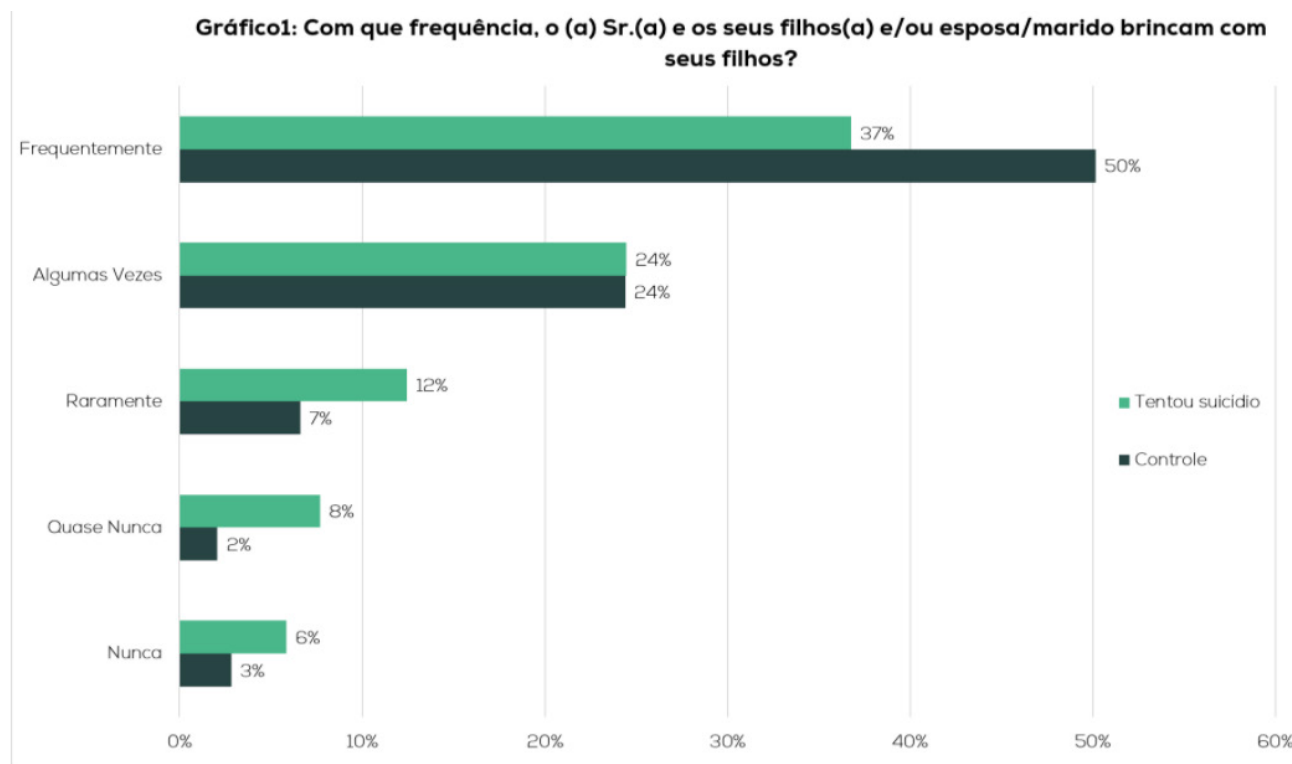
O suicídio ocupa um lugar de destaque no ranking das dez principais causas de morte na população mundial em todas as faixas etárias. O mais recente relatório da Organização Mundial da Saúde, intitulado *Preventing suicide: a global imperative* estima que 840 mil pessoas morreram por suicídio no ano de 2012. (OMS, 2014). A taxa anual padronizada por idade seria de 11,4 por 100 mil habitantes.

No Brasil, a taxa oficial de mortalidade por suicídio, estimada em 4,9 para a população geral em 2007, chegou a 6 em 2017, o que representou um aumento de 41% em uma década! As taxas de suicídio variam a partir de características sociodemográficas, mas também entre grupos ocupacionais. Parte da literatura internacional sugere que policiais fazem parte do grupo de profissionais de alto risco. Um estudo realizado na cidade de São Francisco (EUA) demonstrou que enquanto a taxa na população em população geral era de 21,0, entre os policiais era 33,33 [1].

No Brasil, em 2018 foram registrados 106 casos de suicídio de policiais civis e militares [2]. Este número foi maior do que o de agentes mortos em serviço (86) no mesmo ano. Houve um aumento de 42% nos casos de suicídio em comparação com 2017. Apesar das evidências, o suicídio policial ainda é para muitas instituições um problema invisível. Um exemplo disso são as instituições de oito estados brasileiros que não responderam à pesquisa. Este é um dos obstáculos para a notificação das mortes violentas intencionais no Brasil e, consequentemente, para criar políticas públicas preventivas.

Estudo recente (2016) revelou que a valorização social e o reconhecimento profissional dos gestores da Polícia Militar e seus colaboradores são dois fatores protetivos chave contra o comportamento suicida (tentativa de suicídio e ideação suicida) nas 27 unidades federativas brasileiras do país [3]. Os fatores de proteção contra o suicídio são elementos que conduzem a uma vida mais saudável e produtiva, com sensação de bem-estar. Nessa perspectiva, o fortalecimento de vínculos familiares e institucionais aparecem como fatores protetivos relevantes na prevenção do comportamento suicida. Um segundo fator importante na proteção contra o suicídio na segurança pública é a construção de redes de apoio social em situações de estresse. O fortalecimento da confiança interpessoal, dentro e fora do ambiente de trabalho, é o terceiro fator relevante, principalmente, em um contexto organizacional em que a confiança no colega e na sociedade é um item de sociabilidade escasso.

Um outro fator é o efeito do capital social na saúde do policial [4]. Uma das dimensões, que exploramos para explicar esta relação possível, é o nível de sociabilidade informal na família e no ambiente de trabalho. Um exemplo disso é que policiais militares que confessaram “brincar” com os seus filhos com frequência foram os menos suscetíveis ao risco de suicídio. No estudo, 50% dos policiais que disseram “nunca ter pensado e tentado suicídio em algum momento de sua vida”, o que chamamos de grupo controle, são aqueles que brincam frequentemente com seus filhos.

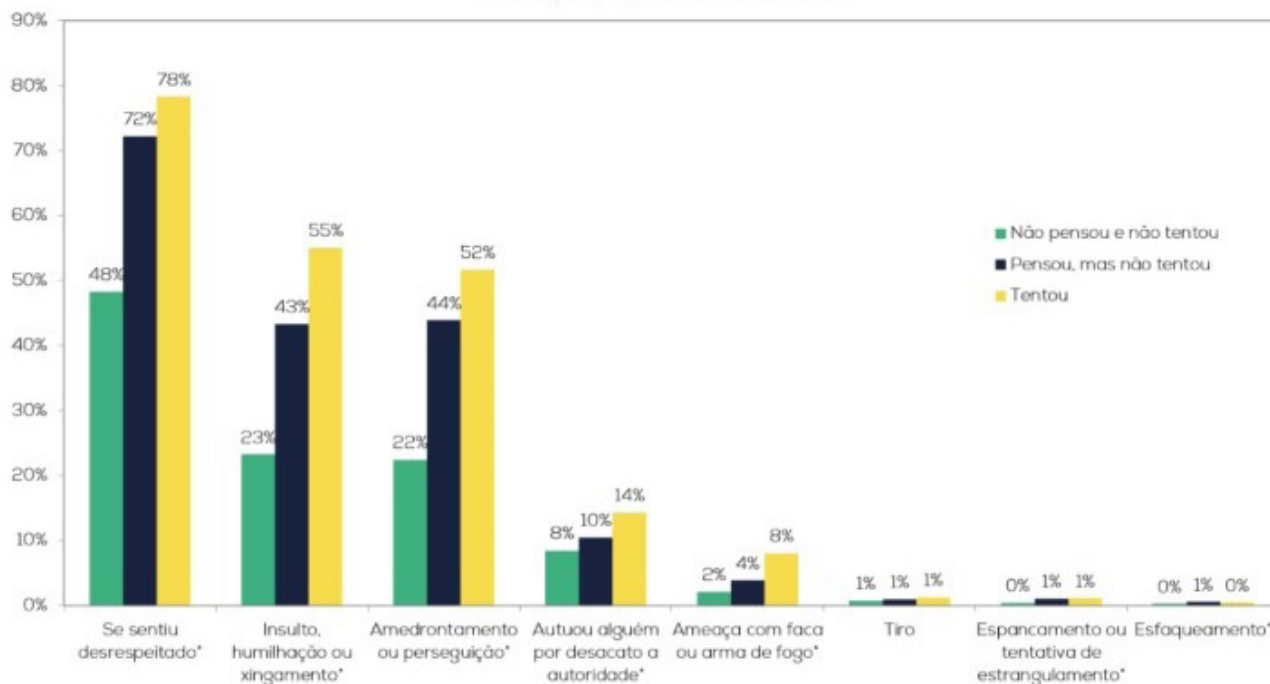


Fonte: SENASP (2016). Elaboração das autoras

A segunda dimensão de sociabilidade informal encontrada pela pesquisa é a qualidade das relações interpessoais entre colegas de trabalho. Vimos que 22% dos policiais que declararam “nunca ter pensado ou tentado suicídio (n=14.456) disseram realizar atividades de lazer com os seus colegas, por exemplo, “sair para beber e jogar conversa fora”.

Em contrapartida, a exposição a situações internas de vitimização pode afetar a saúde do policial negativamente. No gráfico a seguir, é possível identificar como agressões verbais (insulto, humilhação ou xingamento) e amedrontamento ou perseguição foram mais relatadas entre os entrevistados que declararam ideação suicida e tentativa de suicídio em comparação com o grupo controle.

Gráfico 2 - Controle e Tentativa Suicida dos Policiais Militares segundo vitimização não letal na própria Instituição (PM) nos últimos 12 meses



*Valor < 0,01

Assim como na população em geral, o suicídio é um problema complexo e multifatorial no campo da Segurança Pública. Será que o poder público e atores institucionais estão preparados para enfrentar este desafio? Se o suicídio é uma questão de saúde pública, a sociedade e o poder público precisam aprender como enfrentá-lo. Para isso, o primeiro desafio a ser enfrentado é a criação de um fluxo de notificação sistemática das mortes violentas intencionais e tentativas de suicídio.

Em seguida, é necessário diagnosticar o comportamento suicida nas instituições que integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e Justiça. A produção de diagnóstico, baseados em dados de qualidade, permitirá que especialistas e gestores compreendam os fatores de risco e protetivos contra o suicídio na área. Afinal, a prevenção se faz com conhecimento.

O terceiro desafio consiste na criação de redes de proteção: é fundamental que as ações de prevenção do comportamento suicida contemplem não apenas os policiais que apresentam o comportamento suicida, mas ainda profissionais da saúde, gestores, poder público, familiares e amigos das vítimas de mortes por suicídio e a sociedade. No campo da segurança pública, não é diferente. A prevenção é tarefa de todos!

Dayse Miranda

Socióloga, doutora em Ciência Política pela USP e coordenadora da área de ensino e pesquisa do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio - IPPES (Maiores Informações, acesso ao site: www.ippesbrasil.com.br)

Fernanda Novaes Cruz

Socióloga e pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e pesquisadora associada do IPPES

[1] KATES, Allen R. CopShock: Surviving Posttraumatic Stress Disorder (PTSD).

[2] 13º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019).

[3] Este estudo resultou da aplicação de questionário disponibilizado online pela plataforma da Rede Ensino à Distância (EAD) da SENASP/MJ, entre os meses de agosto e setembro de 2014. Em média 323 mil policiais militares de todo Brasil receberam este link para acessar o questionário. No total, 18.007 responderam o questionário, ou seja, tivemos um percentual de sucesso da ordem de 5,6%.

[4] Coleman (1990) chama de capital social ao conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir seus objetivos. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações (Coleman, 1990, p.300-304), facilitando a concretização de suas metas. Sem elas, o custo para alcançá-las seria muito alto.